Globethics Repository



Memória revisitada – O golpe e seu contexto histórico-político [revisited memory - The coup and its historical and political context]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Machado, Ricardo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-11 09:36:09
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158573

Memória revisitada – O golpe e seu contexto histórico-político

Jorge Ferreira resgata a história do país e traça um panorama das disputas pelo poder no Brasil republicano

Por Ricardo Machado

"O Brasil, em 1889, saiu de um longo regime monárquico cuja base econômica era a escravidão. Nesse sentido, a implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei", aponta Jorge Ferreira, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. De modo singular, o professor e pesquisador Jorge Ferreira tenta compreender o Golpe Civil-Militar de 1964 a partir de sua dimensão histórica e, para tanto, descreve a complexidade da história brasileira da Primeira República até a nossa contemporaneidade. É a partir da compreensão deste contexto histórico de lutas e disputas pelo poder, que o regime de exceção que vigorou no país de 1964 a 1985 nunca foi uma surpresa, senão resultado de uma conjuntura de décadas. Jorge Ferreira sustenta que, na prática, a democracia é um processo em permanente construção. "A democracia é um regime marcado pela incompletude. Sempre faltará algum direito. E cabe aos grupos sociais se organizarem, lutarem e conquistarem esse direito. É assim que funciona o regime democrático: garantir o direito de crítica e o de organização, permitindo a luta dos grupos sociais para fazer avançar os direitos de cidadania e a própria prática democrática", avalia.

Neste contexto, era de se esperar que as demandas sociais não tenham sido sempre defendidas por grupos institucionalizados, como foi o caso das Ligas Camponesas, a vanguarda da resistência no campo. "A primeira foi fundada em 1955 no Engenho Galileia. Era entidade civil com registro em cartório. Nessa época, o Ministério do Trabalho criava todo tipo de empecilho para a criação de sindicatos rurais. Não estando submetidas à Lei de Sindicalização, a autonomia das Ligas era grande. As Ligas Camponesas lutaram contra a exploração dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, sobretudo a prática das expulsões da terra", recorda Ferreira. Apesar de todas as crises democráticas a que o país foi submetido em quase 125 anos de República, o professor considera que nossa democracia atingiu certo nível de maturidade, resultado de uma herança brutal e pesada da ditadura. "As oposições atualmente lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo. Não têm como estratégia alcançar o poder pela força das armas. A não ser minorias, de direita e esquerda, inexpressivas na sociedade brasileira. Creio que, se há alguma herança, é essa: a valorização da democracia após as vivências e experiências da ditadura e do autoritarismo."

Jorge Ferreira possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense. É autor de *Jango. Uma biografia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

O professor estará na Unisinos participando do **Ciclo de Estudos 50 anos do Golpe de 64: Impactos, (des)caminhos e processos**, no dia 27 de março, com duas conferências: *Organização sindical e partidos políticos antes e pós-golpe de 1964*, às 17h30min, e *Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, às 19h30min, ambas na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Mais informações http://bit.ly/Golpe50Anos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como compreender a história política brasileira na primeira metade do século XX, particularmente na Primeira República[1] e no período entre 1930 e 1945?

Jorge Luiz Ferreira – É comum uma leitura desqualificadora de história política brasileira. A começar pela Proclamação da República, definida muitas vezes como um "golpe militar". Pesquisas recentes demonstram que se a República foi implantada por uma operação militar, a ideia de República não era desconhecida nos debates políticos de fins do século XIX. O Manifesto Republicano de 1870[2] e a fundação de diversos clubes republicanos em várias cidades demonstram que a ideia de República não era novidade. Em muitos livros didáticos encontra-se a famosa definição de Aristides Lobo[3] sobre o 15 de novembro: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava". É a ideia de que se tratou de um ato de força sem a participação popular. Mas se citarmos a frase que se segue àquela, teremos outra interpretação: "O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos". As pesquisas mostram que o ato da implantação da República foi uma surpresa, mas a ideia de República, não. Por isso o "entusiasmo" veio depois do "atônito".

O Brasil, em 1889, saiu de um longo regime monárquico cuja base econômica era a escravidão. Nesse sentido, a implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei. Isso, a meu ver, é muito importante. Antes a lei diga que todos são iguais do que o contrário. A ideia de que "todos são iguais perante a lei" é ponto de partida para a organização e a luta dos grupos sociais marginalizados e discriminados para que, de fato, sejam reconhecidos como iguais.

Mas se a construção do ideal republicano é uma luta que vem até hoje, também é o sistema democrático-representativo, também conhecido como democracia-liberal. Na Primeira República (1889-1930), a República era liberal, mas não democrática. A Constituição de 1881 privilegiou os direitos civis e ignorou os direitos sociais. A Justiça estava sob o controle do poder privado. Os direitos políticos eram exercidos com base na farsa eleitoral. Não havia, inclusive, a noção de que no Brasil viviam "brasileiros". A força do regionalismo era tamanha que os brasileiros se definiam por seus estados de nascimento. Os partidos políticos eram regionais: Partido Republicano Rio-Grandense, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Paulista, entre outros.

Mas eu não partilho das versões que definem a Primeira República como um regime afastado do povo, resultado da violência eleitoral e vazio de ideias. E, por isso, "decadente" e "velha". Essa República sofreu um processo de desqualificação em período posterior a 1930. Foram os ideólogos do Estado Novo que, com objetivo de legitimar a ditadura, interpretada como algo "novo", nomearam o período anterior de "velho", no sentido pejorativo: a "República Velha", ultrapassada e decadente e, por isso, merecedora de ser derrubada pela Revolução de 1930[4].

Apesar da prática liberal-excludente, os políticos da Primeira República tinham que manter relações com o eleitorado e mobilizá-lo para votar. Trabalhadores se organizaram em partidos e sindicatos. Várias rebeliões populares ocorreram, sendo as mais conhecidas Canudos[5], Contestado[6]

1 **Primeira República Brasileira** (também conhecida como República Velha – em oposição à República Nova, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas): foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13° e último presidente da Primeira República, Washington Luís. Nesse período o Brasil foi nomeado de Estados Unidos do Brasil, o mesmo nome da Constituição de 1891, também promulgada nessa época. Esse período é dividido pelos historiadores em dois momentos: República da Espada, dominada pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos; e República Oligárquica, caracterizada pelas oligarquias dominantes compostas por forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Este último período também é conhecido como política do café com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Aristides da Silveira Lobo** (1838-1896): foi um jurista, político e jornalista republicano e abolicionista brasileiro, ao tempo do Império. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Manifesto Republicano:** trata-se de uma declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal (luzias), liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho. Ambos haviam decidido formar um Clube Republicano no Rio de Janeiro, com o ideário de derrubada da Monarquia e o estabelecimento da República Federativa no país. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Revolução de 1930:** movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com um golpe de Estado, chamado "Golpe de 1930", que depôs o presidente da República Washington Luís em 24 de outubro, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à Primeira República. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos:** confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do Estado da Bahia. A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos e ex-escravos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Os grandes fazendeiros da região, unindo-se à Igreja, iniciaram um forte grupo de pressão junto à República recém-instaurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia. Apesar de não haver nenhuma prova para estes rumores, o Exército foi mandado para Canudos. Três expedições militares saíram derrotadas, o que apavorou a opinião pública, que acabou exigindo a destruição do arraial, dando legitimidade ao massacre de até 20 mil sertanejos. Além disso, estima-se que cinco mil militares tenham morrido. A guerra terminou com a destruição total de Canudos, a degola de muitos prisioneiros de guerra e o incêndio de todas as casas do arraial. Antônio Vicente Mendes Maciel, apelidado de "Antônio Conselheiro", foi considerado o líder do movimento. Ele chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares de pessoas. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Guerra do Contestado:** conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada

e a da Vacina[7], no Rio de Janeiro. Na década de 1920, artistas e intelectuais apresentavam produção inovadora. Profissionais na área da saúde e da educação elaboraram projetos para o país. E o que dizer da criação cultural popular que até hoje está presente, como na música? A Primeira República foi liberal e oligárquica, mas não foi um vazio como quiseram ver os ideólogos do Estado Novo[8].

Com o período que se abre com a Revolução de 1930 o panorama é outro. A democracia-liberal sofria críticas severas na Europa. As soluções pareciam vir das ideologias autoritárias. No Brasil não foi diferente. O Governo Provisório (1930-1934) adotou o ideal autoritário, mas, afinado com um movimento planetário, empenhou-se em dar resolução à chamada "questão social". Não se tratava da "astúcia" política de Vargas[9] para desmobilizar os trabalhadores, ou, ainda, do "populismo". Não se podia mais ignorar as reivindicações dos trabalhadores. Também não se podia mais tratar os operários como mera mão de obra descartável. Afinal, como levar adiante o projeto de construir uma nação, com trabalhadores famintos, doentes e desamparados socialmente? A promulgação de leis sociais no Brasil acompanhou projetos similares que ocorriam em outras partes do mundo. Era a modernidade da época. Para os trabalhadores, a década de 1930 foi um período de aprendizagem de cidadania social.

Entre 1930 e 1937 a sociedade brasileira conheceu um rico período em termos de organização social e da vida política do país. Vários partidos políticos foram fundados. Direitas e esquerdas cresceram e radicalizaram. Foi também um avanço na construção do ideal de democracia representativa. Em 1933 houve a primeira eleição realmente democrática no país, com voto secreto e fiscalizada pela recém-criada Justiça Eleitoral. Mais ainda, as mulheres tiveram direito ao voto, duplicando o número de votantes. A Assembleia Nacional Constituinte de 1934 formulou a primeira Constituição fundamentada nos ideais da democracia-liberal. Entre 1934 e 1937 o país ensaiou sua primeira experiência de democracia-representativa, mas de vida breve, logo sepultada com o golpe do Estado Novo em 1937. Com a democracia-liberal em baixa no contexto político europeu, Vargas não teve problemas em implantar uma ditadura que extinguiu qualquer tipo de representação: partidos políticos, eleições e assembleias parlamentares.

IHU On-Line – Como podemos pensar o conceito de democracia nas décadas que antecedem o regime militar e de que maneira o golpe foi um freio às pretensões republicanas da época?

Jorge Luiz Ferreira – Durante todo o ano de 1945 o país viveu o período de transição da ditadura para a democracia e, a partir de 1946, conheceu efetivamente sua primeira experiência de democracia representativa. A Constituição de 1946 preservou os direitos sociais. As eleições, fiscalizadas pela Justiça Eleitoral, foram periódicas e, até 1964, o calendário eleitoral foi cumprido. Os eleitos tomaram posse. Os partidos políticos eram nacionais e com projetos ideológicos definidos, sendo identificados pelo eleitorado. Havia ampla liberdade de informação, expressão e organização.

É verdade que havia limitações, como a ilegalidade do Partido Comunista e a exclusão dos analfabetos dos direitos políticos. Nos dois casos, são limitações aos direitos democráticos. Contudo, o regime democrático não é, como muitos querem, um balde repleto de ouro e pedras preciosas que se encontra no final do arco-íris e, ao encontrá-lo, todos seremos felizes. A democracia é um regime marcado pela incompletude. Sempre faltará algum direito. Cabe aos grupos sociais se organizarem, lutarem e conquistarem esse direito. É assim que funciona o regime democrático: garantir o direito de crítica e o de organização, permitindo a luta dos grupos sociais para fazer avançar os direitos de cidadania e a própria prática democrática.

É nesse sentido que eu entendo que o período de 1946-1964 foi a primeira experiência de democracia representativa vivenciada pela sociedade brasileira.

pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, numa região em que a presença do poder público era pífia, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa. A região fronteiriça entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado devido ao fato de os agricultores contestarem a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Revolta da Vacina**: ocorreu na cidade do Rio de Janeiro de 10 a 16 de novembro de 1904. O início do período republicano no Brasil foi marcado por vários conflitos e revoltas populares. O motivo que desencadeou este movimento de resistência foi a campanha de vacinação obrigatória, imposta pelo governo federal, contra a varíola. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Estado Novo**: período autoritário da história do Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio*, *Ele Getúlio*, *Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em http://bit.ly/ihuon111, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em http://bit.ly/ihuon112. Na edição 114, de 06-09-2004, em http://bit.ly/ihuon114, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU Ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em http://bit.ly/ihuid30. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em http://bit.ly/ihuem01. (Nota da **IHU On-Line**)

A ditadura que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964 não chegou a extinguir o sistema representativo – da mesma maneira como Vargas fez em 1937. Mas cerceou, limitou e restringiu ao máximo o processo político-eleitoral e a representação política. A ditadura foi uma tragédia em todas as dimensões da vida brasileira. Na questão política, extinguiu partidos representativos e enraizados na cultura política brasileira. O cerceamento dos direitos políticos e dos direitos civis deixou um rastro de autoritarismo e destruição das noções mais básicas de cidadania.

IHU On-Line – Que siglas compunham o cenário político brasileiro na experiência democrática iniciada em 1946 e como elas se definiam ideologicamente?

Jorge Luiz Ferreira – O país chegou a ter 13 partidos políticos, mas três deles se destacaram. Desde 1942, dentro do governo Vargas, discutia-se a fundação de um partido político que herdasse o prestígio do presidente. No início de 1945, os interventores dos estados fundaram o Partido Social Democrático – PSD. Eram homens com estreitas ligações com as elites políticas dos estados. Era o partido da máquina eleitoral e do voto das cidades do interior – onde viviam 70% da população brasileira. O PSD identificava-se com a imagem de Vargas, adotando posição política conservadora. Cabe, aqui, definir o que se entende por "conservador". Os pedessistas eram conservadores, mas defensores do regime liberal-democrático. Em toda sua história, o PSD atuou dentro das regras democráticas. Como defendeu Lucia Hippolito[10], o PSD tirava sua força exatamente do processo político-eleitoral. Embora conservador, defendeu as leis sociais, apoiou iniciativas estatistas e de intervencionismo governamental na economia e nunca

> "A reforma agrária será feita com flores ou com sangue"

se envolveu com golpes. Nem mesmo em 1964. O PSD era o grande partido de centro e o fiador da democracia brasileira.

O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, fundado no início de 1945, também resgatava o legado de Vargas e surgiu por iniciativa de sindicalistas e funcionários do Ministério do Trabalho. Era o partido que tinha o objetivo de organizar os trabalhadores urbanos que se identificavam com o trabalhismo de vertente getulista. Há uma versão, equivocada a meu ver, de que o PTB foi fundado às pressas para evitar que os trabalhadores aderissem ao Partido Comunista do Brasil (PCB). O PTB tinha seu próprio projeto político, o trabalhismo, e estava sendo planejado desde 1942.

O terceiro grande partido era a União Democrática Nacional – UDN. Diversamente dos outros dois, a sigla não tem a palavra "partido", mas, sim, "União". A UDN surgiu no início de 1945 como uma frente antigetulista. Quem era contra Vargas e o Estado Novo e a favor da candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes[11] entrava para a UDN. Inicialmente, tratava-se de uma espécie de frente, mas, após as eleições presidenciais de dezembro de 1945, começaram as defecções. A Esquerda Democrática saiu da UDN e fundou o Partido Socialista Brasileiro – PSB. Ademar de Barros[12] também saiu e fundou o Partido Social Progressista – PSP, bastante popular em São Paulo. Raul Pilla[13] fundou o Partido Libertador – PL, muito forte no Rio Grande do Sul. Arthur Bernardes[14] também saiu e fundou o Partido Republicano, com significativas bases em Minas Gerais.

Outro partido importante foi o PCB. Reorganizado em fins do Estado Novo, alcançou grande prestígio em 1945 devido à figura de Luis Carlos Prestes[15] e a admiração que os co-

10 **Lucia Hippolito** (1950): é uma cientista política, historiadora e conferencista brasileira, especialista em eleições, partidos políticos e Estado brasileiro. Ela á autora do livro *Psd e a Experiência Democrática Brasileira 1945-64* (Bonsucesso: Nova Editora, 2012). (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Eduardo Gomes** (1896-1981): foi um aviador, militar e político brasileiro. Patrono da Força Aérea Brasileira e ministro da Aeronáutica por duas vezes, no governo Café Filho (1954 a 1955) e no governo Castelo Branco (1965 a 1967). Com formação em aviação militar, foi um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte em 1922, marco inicial do tenentismo, quando foi ferido gravemente. Participou da Revolta Paulista de 1924. Foi preso quando se dirigia para integrar a Coluna Prestes. Solto em 1926 e novamente preso em 1929, voltou à liberdade em maio de 1930, a tempo de participar das ações que viriam a derrubar Washington Luís, após o fracasso eleitoral da Aliança Liberal. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Ademar Pereira de Barros** (1901-1969): aviador, médico, empresário e político brasileiro. Foi por duas vezes governador de São Paulo, entre 1947-1951 e entre 1963-1966. Foi ainda candidato nas eleições para a Presidência da República em 1955 e em 1960, obtendo nos dois pleitos o terceiro lugar. Era oriundo de uma família tradicional de cafeicultores do interior de São Paulo. Embora tenha participado ativamente da conspiração que resultou no golpe militar de 1° de abril de 1964, liderando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar em junho daquele mesmo ano. Afastado do mandato como governador, exilou-se em Paris, onde viria a falecer em março de 1969. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Raul Pilla** (1892-1973): nascido no Rio Grande do Sul, foi médico, jornalista, professor e político brasileiro, e um dos maiores defensores da adoção do regime parlamentarista, Pilla era chamado de O Papa do parlamentarismo no Brasil. Ingressou na política em 1909, com apenas 17 anos, como secretário do diretório central do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Artur da Silva Bernardes** (1875-1955): advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926. Seus seguidores foram chamados de "bernardistas". (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Luís Carlos Prestes** (1898-1990): militar e político comunista brasileiro. Foi secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), posteriormente chamado Partido Comunista Brasileiro. Casou-se com Olga Benário, morta na Alemanha, na câmara de gás, pelos nazistas. Em 1936, Prestes foi preso, perdeu a patente de capitão e iniciou o cumprimento de sua pena, que durou nove anos. Com o fim do Estado Novo, foi anistiado, elegendo-se Senador. Após o golpe de 1964, com o AI-1, teve seus direitos de cidadão novamente revogados, dessa vez por dez anos. Exilou-se na União Soviética para não ser novamente preso, regressando ao

munistas adquiriram com os imensos sacrifícios da população soviética e dos feitos heroicos do Exército Vermelho[16] para a derrota da Alemanha nazista. Mesmo na ilegalidade a partir de 1947, o PCB elegeu representantes por outras siglas, notadamente no PTB, e teve atuação semilegal durante os governos de Juscelino[17] e Jango[18].

> "A implantação da República trouxe uma novidade: a noção de que todos são iguais perante a lei"

Outros partidos menores merecem estudos, caso do PSP, partido que não era apenas "paulista", como é comum interpretar. Como também o Partido Democrata Cristão que, a partir de 1955, defendeu teses progressistas, surgindo com o projeto da Terceira Via, sob liderança de Franco Montoro[19], Plínio de Arruda Sampaio[20] e outros.

Havia algo muito importante na vida política do país que é muito difícil de ser construído: a fidelização do eleitor com seu partido. Os partidos políticos apresentavam perfil ideológico identificado pelo eleitorado, notadamente o PTB, o PSD e a UDN.

Outra questão importante é o que as pesquisas desenvolvidas por cientistas políticos garantem: a estabilidade e a consolidação desse sistema partidário. Talvez a extinção desses partidos tenha sido um dos maiores males produzidos na vida política do país pela ditadura. Se isso não tivesse acontecido, muito possivelmente hoje estaríamos votando no PTB, no PSD e na UDN.

IHU On-Line – Como foi o surgimento dos sindicatos na década de 1930? Qual era a relação dessas organizações sindicais com o Estado à época?

Jorge Luiz Ferreira – Havia um movimento sindical atuante na Primeira República. Destacavam-se principalmente anarquistas, socialistas, comunistas, mutualistas e sindicalistas moderados dispostos a conquistar benefícios sociais aos operários por meio de negociações com o governo.

Os trabalhadores tornaram-se atores centrais para o governo que surgiu da Revolução de 1930. Não é casual que sua primeira medida tenha sido a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tenha recebido a designação de "Ministério da Revolução". Em março de 1931, o governo decretou a Lei de Sindicalização, de viés corporativista. A lei foi muito criticada pelas esquerdas da época. Mas há um dado na legislação que era a antiga reivindicação de setores significativos do movimento sindical: os sindicatos se tornavam legais. Estando dentro da lei, os sindicalistas tinham defesas diante das perseguições policiais e dos patrões. O Governo Provisório encontrou apoio de setores importantes do movimento sindical que integravam o que hoje chamamos de movimento mutualista e de sindicalistas moderados – antes chamados de "amarelos" pelos anarquistas e pela literatura dos anos 1970. Além da militância sindical que buscava diálogo com o Estado visando a benefícios sociais, os socialistas também apoiaram a iniciativa do Governo Provisório. Esta foi a base sindical que aderiu à Lei de Sindicalização. Mas se a legislação respondia a demandas dos próprios sindicalistas, impunha restrições e controle de outro: o sindicato legalizado não poderia fazer propaganda ideológica, política ou religiosa e seria fiscalizado pelo Ministério do Trabalho. A legislação impôs o modelo corporativista e a unicidade sindical com base territorial. Somente o sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho poderia atuar legalmente em determinada base territorial. Ele teria a prerrogativa, concedida pelo Minis-

---

Brasil devido à anistia de 1979. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Exército Vermelho** ou **Exército Vermelho dos Operários e dos Camponeses**: foi a força militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criado por Leon Trotsky com Bolcheviques em 1918 para defender o país durante a guerra civil russa, sendo desmantelado em 1991. (Nota **IHU On-Line**)

17 **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan "Cinquenta anos em cinco", direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em http://bit.ly/ihuon166. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **João Belchior Marques Goulart, ou Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 – em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista *"Jango era um conservador reformista"*, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em http://bit.ly/ihu191206; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em http://bit.ly/ihu270807. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado, intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-08-2011, em http://bit.ly/ihuon371 e *''Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam''*, de 05-08-2013, em http://bit.ly/ihu050813. Veja ainda *"João Goulart foi, antes de tudo, um herói"*, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em http://bit.ly/ihu260813 e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em http://bit.ly/ihu130314. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **André Franco Montoro** (1916-1999): foi um político brasileiro e 27º governador do Estado de São Paulo entre 15 de março de 1983 e 15 de março de 1987. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Plínio de Arruda Sampaio**: ex-deputado federal (PT-SP), foi entrevistado pela **IHU On-Line** na edição número 70, 11-08-2003, disponível em http://bit.ly/PxJtmu; na edição número 79, de 13-10-2003, disponível em http://bit.ly/NaLfrz. Dele também publicamos um artigo na 146ª edição da **IHU On-Line**, de 20-06 2005, disponível em http://bit.ly/1gu09B0; e uma entrevista na 150ª edição, de 08-08-2005, disponível em http://bit.ly/1cVF7zL. (Nota da **IHU On-Line**)

tério, do monopólio da representação da categoria. Qualquer outro sindicato seria considerado ilegal.

Muito rapidamente, numerosos sindicatos se legalizaram, o que demonstra que havia uma base sindical disposta a negociar com o governo em busca de benefícios sociais aos trabalhadores. Se houve resistências, pesquisas demonstram que houve aceitação como também adesão, por grande parte do movimento sindical, da Lei de Sindicalização.

Há de se considerar, ainda, o verdadeiro impacto causado pelas leis sociais entre os trabalhadores. Entre 1931 e 1934, praticamente toda a legislação social foi promulgada e ainda criada o que seria mais tarde a Justiça do Trabalho, cujo objetivo era o de obrigar os empresários a cumprir as leis trabalhistas. Em quatro anos o governo atendeu reivindicações de mais de duas décadas. Os sindicatos comunistas, trotskistas e anarquistas ficaram em difícil situação.

A legislação sindical e social foi bastante debatida entre sindicalistas. Na luta por seus direitos, eles realizaram greves, passeatas, foram no parlamento, pressionaram partidos políticos, pelo menos entre 1931 e 1935. A adesão dos trabalhadores ao novo modelo de organização sindical não foi devido ao "populismo" ou à "falsa consciência", mas porque eles reconheceram na legislação sindical e nas leis sociais respostas às suas demandas.

Tanto a Lei de Sindicalização como a legislação social não devem ser interpretadas como algo imposto de cima para baixo e contra os interesses dos trabalhadores. Se fosse assim, a Lei de Sindicalização não resistiria a três Assembleias Constituintes – 1934, 1946 e 1988; não teria sobrevivido, praticamente incólume, a duas ditaduras – a do Estado Novo e a ditadura militar – e a três regimes constitucionais – 1934-1937, 1946-1964 e o que se abriu em 1988. O modelo corporativo, a unicidade sindical e o monopólio da representação, pilares da Lei de Sindicalização, se foram formulados e implementados pelo Estado, foram aceitos pelo sindicalismo moderado dos anos 1930 e, a seguir, na experiência democrática de 1946-1964, defendidos por comunistas e trabalhistas. Nesse período, comunistas e trabalhistas, unidos na luta sindical, utilizaram a legislação a seu favor, tomando federações e confederações. Cresceram e se fortaleceram com o apoio da lei. A ditadura militar pouco modificou a Lei de Sindicalização. Limitou-se a aplicá-la com todo o rigor. A Lei de Sindicalização, portanto, é muito maleável. Serviu para o crescimento das esquerdas; serviu como instrumento repressivo da ditadura.

A Lei de Sindicalização recebeu duras críticas dos "novos sindicalistas" em fins dos anos 1970 e dos neoliberais dos anos 1990. Mas nem os neoliberais, muito menos os "novos sindicalistas", ambos no poder, conseguiram alterá-la. Os "novos sindicalistas", como também os "velhos", fizeram lobby para que os constituintes, em 1988, preservassem na Constituição a unicidade sindical e o imposto sindical. A legislação de 1931 mostrou-se tão funcional que esquerdas e direitas não se atrevem a alterá-la – salvo pequenos dispositivos que não comprometem sua lógica.

IHU On-Line – Qual foi a atuação das Ligas Camponesas[21] e de outras organizações políticas para as lutas rurais no período anterior ao golpe de 1964?

Jorge Luiz Ferreira – Nos anos 1950, o Brasil rural era o do minifúndio, que mal alimentava a família que ali vivia, e de imensos latifúndios. A agricultura era atrasada, sem mecanização e implementos agrícolas. Era agricultura a enxada e a foice. O Nordeste brasileiro era a região que mais chamava a atenção. Além das graves injustiças sociais, havia o fenômeno climático da seca, gerando multidões de famintos. É nesse ambiente explosivo que surgem as Ligas Camponesas. A primeira foi fundada em 1955 no Engenho Galileia. Era entidade civil com registro em cartório. Nessa época, o Ministério do Trabalho criava todo tipo de empecilho para a criação de sindicatos rurais. Não estando submetidas à Lei de Sindicalização, a autonomia das Ligas era grande. As Ligas Camponesas lutaram contra a exploração dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, sobretudo a prática das expulsões da terra. É nessa luta que elas contrataram o advogado Francisco Julião[22]. A partir daí, as Ligas conseguiram levar latifundiários aos tribunais – uma vitória que não deve ser subestimada.

Mas é preciso considerar outra organização rural importante, fundada em 1954 pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB[23]. As Ligas Camponesas e a ULTAB entraram em concorrência na luta pela organização dos trabalhadores rurais. O marco foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1961, em Belo Horizonte. Embora a ULTAB tivesse maior número de

21 **Ligas Camponesas:** associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no Estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Estado do Rio.de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart, em 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Francisco Julião** (1915-1999): advogado brasileiro que defendeu, a partir da década de 1950, as causas dos camponeses organizados, pressionados através de subterfúgios da lei pelos senhores de terra que tentavam desarticular a organização de ligas camponesas e expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia. Para ampliar seu campo de luta, ingressou na tribuna política e elegeu-se Deputado Estadual em Pernambuco. Foi um dos maiores ativistas pela reforma agrária no Brasil. Exilou-se no México quando teve seus direitos cassados, em 1964. Foi anistiado em 1979 e faleceu em Tepoztlán, no México. Sobre sua trajetória, confira o livro escrito pelo jornalista Vandeck Santiago, *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, Assembleia Legislativa, 2001 (Série Perfil Parlamentar Século XX). (Nota da **IHU On-Line**)

23 **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB):** criada em 1954 durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo. As principais reivindicações da união eram o respeito aos direitos civis e trabalhistas, a previdência e o seguro social, e a reforma agrária. Foi extinta pelo golpe civil-militar de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

delegados, foram os representantes das Ligas que deram o tom do Congresso, radicalizando à esquerda com o lema "Reforma agrária na lei ou na marra", ou, nas palavras de Francisco Julião, "a reforma agrária será feita com flores ou com sangue". Setores das Ligas Camponesas, com apoio e financiamento do governo de Cuba, planejaram montar focos guerrilheiros no Piauí, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Maranhão. O primeiro deles, em Dianópolis, Goiás, foi desbaratado em dezembro de 1962, frustrando os planos dos setores mais radicais das Ligas. Francisco Julião, por sua vez, desde sua visita a Cuba, também radicalizou à esquerda, fundando o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT[24].

Outra influência importante foi a da Igreja Católica. Desde os anos 1930 a Igreja atuava nos meios operários com os Círculos Operários Católicos[25].

> "A democracia é um regime marcado pela incompletude"

Nos anos 1960, estava muito presente no meio rural. Durante o governo Goulart, a Igreja Católica e o PCB investiram politicamente na formação de sindicatos rurais, aproveitando a legislação promulgada pelo governo Jango, que estendeu o direito de sindicalização aos trabalhadores do campo. As Ligas preferiram permanecer como entidades civis e se viram isoladas com o crescimento do número de sindicatos e federações. Com a Lei de Sindicalização, católicos e comunistas fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. Sua direção passou a ser formada com comunistas e católicos de esquerda.

Nas vésperas do golpe de Estado de 1964, a mobilização camponesa no Nordeste estava sob a liderança dos comunistas e da Igreja, em particular de sua ala esquerda. As Ligas Camponesas estavam divididas e isoladas. Francisco Julião, por exemplo, tomou posições de extrema-esquerda, estando apartado do próprio conjunto das esquerdas. Referia-se a João Goulart como "lacaio do latifundiário". Leonel Brizola[26] não acreditava nele. O Partido Comunista o tinha como adversário. Contudo, na memória daquela época, são as Ligas Camponesas que aparecem em posição de destaque.

IHU On-Line – Como o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master[27] se tornou um ator social importante pela luta à Reforma Agrária no período anterior ao golpe?

Jorge Luiz Ferreira – Assim como as Ligas Camponesas, a ULTAB e a atuação da Igreja Católica no campo, o Master tem identidade e história próprias. Não foi um movimento isolado no Rio Grande do Sul, mas fez parte de um contexto maior em que os trabalhadores rurais do país se mobilizaram por suas demandas.

O movimento teve início no Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul, em julho de 1960, quando um fazendeiro tentou retomar suas terras, abandonada desde muitas décadas, provocando a luta de trabalhadores rurais pela sua posse. Nascia ali o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master. Eles receberam o apoio de parlamentares do PTB e do governador Leonel Brizola, que desapropriou as terras e as entregou aos camponeses. Depois o movimento se espalhou pelas cidades vizinhas, com a formação de várias associações. Estudos mostram que os integrantes do Master eram arrendatários, peões, parceiros e agregados cuja atividade era temporá-

---

24 **Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT):** surgiu em setembro de 1969, em uma reunião em Campos do Jordão, reunindo dois grupos. O primeiro era composto por integrantes do Grupo Especial Nacional Revolucionário – GENR, um "racha" da Ala Vermelha – Partido Comunista do Brasil, organizados e liderados por Devanir José de Carvalho; o outro grupo era conhecido como "grupo do Omar", na verdade, Plínio Peterson de Oliveira e pessoas que orbitavam ao seu redor. O nome da organização foi escolhido em referência ao grupo de mesmo nome fundado por Francisco Julião, das Ligas Camponesas, origem da Ala Vermelha, fundada por militantes ligados, entre outros, ao antigo MRT. (Nota da **IHU On-Line**)

25 **Círculos Operários Católicos:** A preocupação com o meio operário por parte da Igreja Católica se manifesta desde o final do século XIX, com a Encíclica Rerum Novarum de Leão XIII. No Brasil, em 1915, a Circular da Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros já demonstrava grandes temores com relação às crescentes manifestações de trabalhadores.
Em 1917, a presença na capital paulista de uma Confederação Católica dos Círculos Operários e o funcionamento de uma Imprensa Operária Católica e de vários Centros Operários Católicos em cidades como Ribeirão Preto, Jundiaí, Campinas e em bairros da cidade de São Paulo expressava inquietações da Igreja Católica em penetrar nesse meio operário e trabalhá-lo. Com o objetivo de organizar operários através dos Círculos, penetrar em um espaço de vida através da instrução, lazer, assistência, moradia, impondo novos padrões de comportamento moral e cultural, elaborou-se um programa de reformas sociais que visava atingir toda a sociedade. Com base nesses princípios, surgem os Círculos Operários. (Nota da **IHU On-Line**)

26 **Leonel de Moura Brizola** (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto Estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos **Cadernos IHU em Formação** intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em http://bit.ly/ihuem01. (Nota da **IHU On-Line**)

27 **Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master):** o grupo teve origem em 1960, no município de Encruzilhada do Sul. O motivo foi a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área com cerca de 1.800 hectares, situada no distrito de Faxinal – que hoje faz parte do município de Amaral Ferrador –, que há 40 anos era habitada por cerca de 300 famílias. A partir do segundo semestre de 1961, o Master ganhou o apoio decisivo de Leonel de Moura Brizola, governador do Estado entre 1959 e 1962. O mês de janeiro de 1962 marcou a explosão do Movimento, com a instalação de diversos acampamentos de sem-terra, para obter desapropriações e assentamentos. Milhares de agricultores participaram das mobilizações, até que, em 1964, o golpe militar encerrou as atividades do Master. Lideranças e militantes foram presos, torturados, exilados. (Nota da **IHU On-Line**)

ria. Havia poucos empregos no campo. Havia também posseiros e pequenos proprietários. Os primeiros queriam a legalização da terra em que viviam, enquanto os segundos queriam aumentar sua propriedade. Em janeiro de 1962, trabalhadores sem terra acamparam próximo da fazenda Sarandi, na região conhecida como Capão da Cascavel, exigindo a desapropriação das terras. Há controvérsias se esse acampamento foi iniciativa do Master. Brizola desapropriou a fazenda naquele mesmo mês. A partir daí o Master fortaleceu-se com mobilizações e a estratégia de formar acampamentos nas estradas. O Master cresceu com apoio do governador do estado, Leonel Brizola. Mas não foi obra dele. E muito menos o governador teve o controle do movimento. Após o golpe de 1964, o regime militar reprimiu duramente o Master.

IHU On-Line – Atualmente, quem ocupa o antigo lugar de luta do Master?

Jorge Luiz Ferreira – As tensões sociais no campo não diminuíram com o golpe militar, apesar da grande repressão aos movimentos organizados. Mas o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, ocorreu no contexto do desenvolvimento econômico promovido pelo regime militar. Primeiro, o deslocamento de grande contingente de pessoas do Nordeste para Amazônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Goiás com os chamados programas de "colonização". O fracasso desses projetos resultou em imenso número de trabalhadores sem terra. Segundo, trabalhadores rurais do Espírito Santo e Minas Gerais expulsos de suas terras, transformadas em pastagens, e os do Sul do país que também perderam suas propriedades com a introdução da soja e do trigo. Esses dois grupos foram para Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Com a ditadura, houve grande concentração fundiária. Toda essa imensa população expulsa de suas terras e desenraizada pelos deslocamentos encontraram o apoio de setores da Igreja Católica que, nesse período, eram adeptos da Teologia da Libertação. A Comissão Pastoral da Terra[28] teve papel importante na organização e politização do movimento. As tensões no campo foram agravadas com os projetos de construção de hidrelétricas que exigiram grandes extensões de terras para a formação de represas. Nos anos 1980, populações que perderam estas terras se mobilizaram e protestaram. As primeiras ocupações de terras – uma das estratégias do MST – começaram em 1979. Em 1984, a organização foi fundada.

O MST é tributário das lutas anteriores a 1964. Mas ele resulta, sobretudo, do contexto econômico da ditadura, com o avanço da concentração fundiária, dos deslocamentos demográficos, das frustrações com os projetos de "colonização", da perda de terras para represamento. Não é casual, assim, que o MST se defina como movimento de "trabalhadores sem terra". Mais do que as Ligas – que se diziam "camponesas" – ou do Master – autodefinido como "agricultores"–, a identidade do MST é mais abrangente, a do "sem terra", o que inclui trabalhadores urbanos que queiram viver no mundo rural.

IHU On-Line – Retomando a discussão sobre os partidos políticos, como se deu a participação das siglas no golpe civil-militar? Como ocorreu o processo de polarização política dos partidos durante o governo Goulart?

Jorge Luiz Ferreira – Quando ocorreu a crise da renúncia de Jânio Quadros[29] e os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso Nacional foi aquele que, inicialmente, resistiu ao golpe. Todos os partidos no Congresso Nacional não aceitaram a coação militar, inclusive a UDN. Foi criado um embate entre os ministros militares e o Congresso Nacional. O nó foi desatado por Leonel Brizola que, com sua ação destemida, tornou o embate favorável ao parlamento.

Desse modo, temos que superar ideias correntes de que havia partidos políticos golpistas desde o início do governo Goulart. Com a radicalização política crescente, sobretudo no segundo semestre de 1963, a situação se altera. A UDN passa a fazer oposição sistemática a Goulart, sobretudo alardeando o perigo de sua aproximação com as esquerdas e os comunistas. O PTB e as esquerdas também fazem oposição a Jango, mas por ele insistir na aliança com o grande partido de centro, o PSD. Ao mesmo tempo, o pessedistas demonstram receios com os ataques que trabalhistas e as esquerdas lhes faziam e, no parlamento, aproximam-se dos udenistas.

O PSD deu seu apoio a Goulart até quando pôde. Até quando suas bases entraram em estado de rebelião. Somente no dia 10 de março de 1964, três dias antes do comício da Central do Brasil, é que o PSD rompeu com Goulart. O partido foi para a oposição e não para a conspiração. A partir do comício de 13 de março, as elites políticas de direita e de esquerda deram o tom da política brasileira, inibindo a atuação do centro político – cuja extensão e importância na política brasileira não era pouca.

IHU On-Line – Passados quase 30 anos do fim da ditadura, como a herança dos militares permanece em nossas instituições político-partidárias?

Jorge Luiz Ferreira – Creio que tudo o que ocorreu durante a ditadura militar foi negativo para a sociedade brasileira. Houve o crescimento econômico na época do general Médici, mas o modelo econômico produziu grave concentração de renda, tornando o Brasil um dos países mais injustos do mundo. Na questão dos direitos políticos, houve uma regressão.

28 **Comissão Pastoral da Terra (CPT):** órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e surgido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia. (Nota da **IHU On-Line**)

29 **Jânio da Silva Quadros** (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da **IHU On-Line**)

Na questão dos direitos civis, a herança foi desastrosa. Direitos básicos do cidadão, como a livre expressão do pensamento e as garantias constitucionais, tornaram-se letra morta. Creio que nada de positivo foi herdado da ditadura. Inclusive para as próprias Forças Armadas, quando negam a prática da tortura e de assassinatos nas dependências de seus quartéis. Ao acobertar a prática da tortura e os torturadores, a instituição militar continuará arcando, no conjunto, com as consequências de atos de um grupo que se impôs no Exército com o AI-5[30]. Considero que houve algo positivo, mas que resultou da experiência negativa da ditadura. Hoje, a sociedade brasileira procura resolver seus problemas e conflitos por meios democráticos. Os grupos em disputa resolvem suas diferenças por meios políticos, e não mais chamando os militares para intervenções que os favoreçam – como ocorria antes de 1964, tanto entre as direitas como entre as esquerdas. Hoje, valoriza-se o regime democrático; as oposições lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo. Não têm como estratégia alcançar o poder pela força das armas. A não ser minorias, de direita e esquerda, inexpressivas na sociedade brasileira. Creio que, se há alguma herança, é essa: a valorização da democracia após as vivências e experiências da ditadura e do autoritarismo.

IHU On-Line – Embora o termo "governabilidade" tenha surgido com o Lula, a qual conceito está relacionado?

30 **AI-5 (Ato Institucional Número Cinco)**: decretado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. Representou o ápice da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período do regime em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de "legalização" da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da **IHU On-Line**)

> "As oposições atualmente lutam para chegar ao poder pelo voto democrático do povo"

Jorge Luiz Ferreira – Entre muitos setores da sociedade brasileira existe a imagem muito negativa do Poder Legislativo. São comuns afirmações de que o Congresso Nacional é lento em suas decisões, e os parlamentares, além de ganharem muito, somente pensam em seus interesses particulares. Esse argumento vem de longa data. Os ideólogos do Estado Novo o usaram para justificar a extinção do Poder Legislativo e a imposição da ditadura. Talvez seja por isso que a palavra "governabilidade" tenha sentido negativo. Faz referência às pressões dos parlamentares para que o Poder Executivo possa governar. É o "dando que se recebe", o "toma lá, dá cá".

Essas práticas políticas existem e devem ser denunciadas, repudiadas e eliminadas da política brasileira. Mas, a meu ver, "governabilidade" pode ter outro sentido. Trata-se de dinâmica inerente aos regimes de democracia representativa. O presidente – ou primeiro-ministro, no caso dos regimes parlamentaristas – necessita de maiorias parlamentares para que seus projetos sejam aprovados. Para isso, procura formar "coligações partidárias" que lhe permitem ter maioria no Congresso Nacional – recurso legítimo nos regimes de democracia representativa. Algo que requer negociações, pactos e compromissos políticos – a princípio, algo também legítimo.

Há, contudo, certa incompreensão política em relação ao mecanismo das coligações partidárias. Um bom exemplo foi a estratégia de João Goulart em todo o seu governo – pelo menos até o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Sua estratégia foi a de alcançar maioria no Congresso Nacional pela coligação do PSD com seu próprio partido, o PTB. O primeiro tinha o maior número de cadeiras no parlamento; o segundo, a terceira bancada. Juntos, tinham maioria. Com a coligação de centro-esquerda, Goulart visava ter maioria parlamentar, isolar a direita – em particular, a UDN, com a segunda bancada no parlamento – e ainda atrair o apoio de legendas menores, como o PSP, o PDC e o PSB. Com maioria de centro-esquerda no Congresso Nacional, Goulart tinha o objetivo de aprovar as reformas de base a partir de pactos, acordos e compromissos, seguindo os procedimentos constitucionais. Contudo, as esquerdas viam sua estratégia de maneira negativa. À prática da coligação partidária, comum nas democracias representativas, as esquerdas chamavam "política de conciliação", algo a ser repudiado. Para as esquerdas, Goulart deveria romper com o PSD, visto como partido de direita, e governar somente com o PTB e partidos de esquerda, mesmo que perdesse a maioria no Congresso Nacional. Esse é um exemplo de como o instrumento legítimo da coligação partidária nas democracias representativas é interpretado, por vezes, de maneira negativa, e nomeado pejorativamente de "governabilidade".

Leia mais...

- "A direita aprendeu com os acontecimentos de 1961". Entrevista com Jorge Ferreira publicada na edição 369 da revista IHU On-Line, de 15-08-2011, disponível em http://bit.ly/ihuon369.
- "A Campanha da Legalidade foi um período de exceção e não de normalidade", diz Jorge Ferreira, em matéria publicada nas Notícias do Dia de 20-08-2011, disponível em http://bit.ly/ihu200811.